

Cristãos, democráticos e anticomunistas: formas simbólicas no universo político rio-grandense de 1947

*Marcos Jovino Asturian**

O presente artigo busca compreender a disputa eleitoral entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições de 1947 para governador do Estado do Rio Grande do Sul através das páginas do jornal *Diário de Notícias*, configurando um estudo de história política tendo como fontes documentais a imprensa. Para tanto, utilizaremos a tradição analítica relativa ao conceito de ideologia, atualizado em John Thompson, como forma geral de interpretação de um possível papel histórico das formas simbólicas no universo do político. A função central dos meios de comunicação de massa, particularmente da imprensa escrita, constitui ponto comum de reflexão conceitual, na história e na sociologia da comunicação social.

Palavras-chave: Partido Social Democrático. Partido Trabalhista Brasileiro. Eleições.

Considerações Introdutórias

O presente artigo busca compreender a disputa eleitoral entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições de 1947 para governador do Estado do Rio Grande do Sul através das páginas do jornal *Diário de Notícias*,¹ configurando um estudo de história política tendo como fontes documentais a imprensa. Para tanto, utilizaremos a tradição analítica relativa

* Mestre em História. Universidade de Passo Fundo – RS. mjasturian05@hotmail.com

¹“O *Diário de Notícias* de Porto Alegre, assim como todos os demais meios de comunicação da cadeia Associados, defendia as causas particulares do seu controvertido proprietário, que, por sua vez, era motivado por interesses, na maioria das vezes, pessoais, “singulares”. Executava uma política editorial atrelada aos interesses econômicos e/ou políticos de Chateaubriand. Não se orientava, portanto, nem por uma determinada concepção política, nem pelas tendências do mercado, mas pelos interesses do momento de seu proprietário”. FONSECA, Virginia P. da Silveira. *Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 51.

This article seeks to understand the electoral dispute between the Partido Social Democrático (PSD) and the Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) in the 1947 elections for governor of the state of Rio Grande do Sul through the pages of the newspaper *Diário de Notícias*, setting up a study of history policy with the press as documentary sources. For this, we use the analytic tradition on the concept of ideology, updated in

John Thompson, as a general interpretation of a possible historic role of symbolic forms in the political universe. The central role of the mass media, particularly the print media, is common point of conceptual reflection, history and sociology of media.

Keywords: Partido Social Democrático. Partido Trabalhista Brasileiro. Elections.

ao conceito de ideologia, atualizado em John Thompson, como forma geral de interpretação de um possível papel histórico das formas simbólicas no universo do político. A função central dos meios de comunicação de massa, particularmente da imprensa escrita, constitui ponto comum de reflexão conceitual, na história e na sociologia da comunicação social.

Segundo John B. Thompson,

A análise da ideologia, de acordo com a concepção que irei propor, está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder. Deixem-me definir este enfoque mais detalhadamente: estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Desde que: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação [...] Se fenômenos simbólicos servem, ou não, para estabelecer e sustentar relações de dominação, é uma questão que pode ser respondida somente quando se examina a interação de sentido e poder em circunstâncias particulares – somente ao examinar as maneiras como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais estruturados.²

A comunicação de massa tornou-se, assim: “O canal mais importante para circulação de informação e comunicação de vários tipos, e toda tentativa de representar a natureza e o papel da ideologia nas sociedades modernas deve prestar

² THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 75-76.

uma atenção total a esse desenvolvimento”.³ Analisaremos as fontes através dos modos de operações gerais da ideologia e suas respectivas estratégias de construção simbólica. O trabalho não pretende demonstrar a veracidade ou a falsidade das formas simbólicas, pois interessam-nos as maneiras como essas formas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer, bem como sustentar relações de poder e dominação.

Assim Rémond descreve a política e as relações de poder,

Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado. É também o único grupo humano ao qual se reconhece o poder de decidir por todos, a capacidade de impor a obediência às leis e o direito de punir as infrações. Entretanto, se o político é aquilo que tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, ele não se reduz a isso: ele se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo do político. Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político [...] A história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação.⁴

Não se pretende afirmar que tudo gira em torno da política ou até mesmo seja política, porém, constata-se que a política é o ponto para onde conflui a maior parte das atividades dos componentes do conjunto social. A atividade política é uma das principais expressões da identidade coletiva. Logo, as relações de poder são inerentes à política, ou seja, poder deve ser entendido como a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir nos acontecimentos e as decorrentes consequências. No exercício do poder, os indivíduos empregam todos os recursos disponíveis e os meios que lhes possibilitem realizar as proposições.

Segundo John B. Thompson,

[...] o poder é um fenômeno social penetrante, característico de diferentes tipos de ação e de encontro, desde as ações reconhecidamente políticas dos funcionários públicos até os encontros mais prosaicos entre indivíduos na rua. Se

³ *Idem, ibidem*, p. 135.

⁴ RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1966, p. 444-445.

hoje comumente associamos poder à política, isto é, às ações de indivíduos agindo em nome do estado, isto é porque os estados se tornaram particularmente centros importantes de concentração do poder no mundo moderno. Mas a importância das instituições estatais não nos deveria ocultar o fato de que o poder manifestamente político é somente uma forma mais especializada de poder, e de que os indivíduos normalmente exercem poder em muitos contextos que pouco ou nada têm a ver com o estado. Assim fazendo, eles exprimem e ajudam a tornar relativamente estáveis as relações ou redes de poder e dominação entre os indivíduos, e entre os grupos de indivíduos, que ocupam diferentes posições nos campos de interação.⁵

No presente trabalho realizou-se pesquisa no jornal Diário de Notícias, sendo que as partes do jornal analisadas foram às notícias e notas políticas estaduais e os “A Pedidos” pagos ao jornal tanto pelo PSD quanto pelo PTB, isto é, notícias produzidas pelos partidos e reproduzidas pelo jornal.⁶

Portanto, o periódico também se notabilizou como fonte primário-partidária e se transformou em uma “tribuna política”, onde os partidos transmitiam aos eleitores os seus conteúdos políticos, procurando convencê-los da legitimação de suas respectivas propostas. A questão centralizadora do estudo é entender os modos de operação da ideologia do PSD e do PTB através de suas estratégias de construção simbólica – com quais formas simbólicas são capazes de criar e sustentar relações de dominação – através do espaço utilizado na imprensa.⁷

Não entendemos o jornal como fonte objetiva, mas como um órgão de imprensa que tem uma subjetividade implícita, ou seja, não é meramente de caráter informativo, mas formativa de opinião pública, sendo assim objeto de pesquisa. A utilização que os historiadores fazem da imprensa exige uma “leitura intensiva”, pois sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas.⁸ O material jornalístico não pode ser utilizado de uma maneira simplista, isto é, uma re-

⁵ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 21-22.

⁶ As citações retiradas do jornal Diário de Notícias serão mantidas na forma original.

⁷ Embora os textos analisados sejam produzidos, sobretudo, pelos partidos políticos e reproduzidos pelo jornal, eles estão publicados no jornal, bem como possuem linguagem jornalística. Portanto, justifica-se a utilização dos modos de operação da ideologia de John Thompson para analisar os respectivos conteúdos.

⁸ ELMIR, Cláudio. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, n. 13, dez. 1995. p. 19-29.

apresentação objetiva acerca do real. A imprensa deve ser entendida como uma representação construída sobre o real, permeada de disputas.⁹

A democratização e a reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul

O Estado Novo (1937-1945), desde o ingresso do país na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados, passou a viver uma situação contraditória. De um lado, a guerra representava um significativo argumento para o governo adiar de forma indeterminada a transição para um regime mais aberto. De outro, as Forças Armadas brasileiras combatiam o nazifascismo na Europa e, no plano nacional, havia um Estado ditatorial. As oposições procuraram aproveitar o desgaste do governo populista¹⁰ de Vargas, decorrente dessa contradição, para acelerar a abertura política. Enquanto isso, o governo estadonovista procurava uma estratégia para criar mecanismos de transição segura, isto é, para manter o poder nas mãos de Vargas.

Enfim, fatores internos e externos, fizeram com que fosse publicada, em 28 de fevereiro de 1945, a Lei Constitucional nº 9, a qual estabeleceu que dentro de noventa dias fossem marcadas eleições para presidente, governadores, Congresso Nacional e Assembleias Legislativas. Dentro desse prazo, o governo deveria elaborar a Lei Eleitoral e estruturar seu consequente aparelhamento. Elaborou-se

⁹ Conf. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

¹⁰ Em suma, o populismo surgiu no contexto em que a massa tornou-se instrumento para fins de reivindicação numa sociedade em transição. O elemento que orientou a ação popular, nessa fase, foi o estado. O estado permeado pela política de massa combateu as oligarquias tradicionais, manteve os setores populares sob significativo controle, bem como desenvolveu um processo de industrialização através da intervenção estatal. Deve-se reconhecer à incorporação dos trabalhadores à cidadania e na conquista de direitos sociais. Todavia, não pode ser ignorada a via autoritária como foi construída a base institucional sobre a qual o populismo veio desenvolver-se. No que tange à produção historiográfica brasileira, o conceito populismo está permeado por variadas interpretações. Ver: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. WEFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: Populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. *Locus*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007.

o Decreto Lei nº 7.856, de 28 de maio de 1945, o qual exigia que os partidos apresentassem, para obtenção do registro, a adesão de dez mil eleitores distribuídos em, pelo menos, cinco estados: cada um com, no mínimo, quinhentos adeptos, bem como personalidade jurídica de acordo com o Código Civil.

Os partidos políticos se estruturaram tendo como principal vetor o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas. Os de maior expressão nacional foram: a União Democrática Nacional (UDN), que se caracterizou como a principal oposição a Vargas; o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como duas correntes políticas diferentes de sustentação a Vargas. Dessas, a primeira foi herdeira da estrutura das interventorias e a segunda surgiu de lideranças do meio sindical, estudantil e de políticos ligados às massas trabalhadoras urbanas. Quanto aos menores partidos em nível nacional, mas com influência em determinadas regiões do país, destacaram-se o Partido Social Progressista (PSP), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros.

A formação dos partidos políticos no Rio Grande do Sul pode ser entendida através da identificação das bases de sua economia e sua origem sócio-política. Além disso, é imprescindível compreender a sua relação intrínseca à dinâmica nacional, ou seja, na sua condição de Estado membro de uma Federação. Portanto, identifica-se o processo histórico estadual através da inserção no sistema econômico brasileiro.

Grosso modo, a estruturação e a dinâmica da economia rio-grandense baseavam-se principalmente na produção agropecuária, sendo constituída por três zonas diferenciadas: zona rural da pecuária, zona rural da pequena produção e zona rural caracterizada pelas explorações em grande escala de arroz, trigo e gado.¹¹

Já, o desenvolvimento industrial era caracterizado em uma relação de dependência do setor primário local e se apresentava disperso em pequenas unidades produtivas. Enfim, o panorama econômico estadual era dependente dos mercados externos, sobretudo do mercado nacional.¹²

¹¹ MÜLLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Org.). RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 365.

¹² “[...] dependência do mercado externo, para o qual se destinam 60% da produção de bens, so-

Conforme Müller,

Observa-se que a forma de o RS se desenvolver estava nevrálgicamente ligada às exportações e menos ao seu mercado interno. Do ângulo do capital mercantil e financeiro, em função, nas esferas da intermediação, do capital produtivo na indústria e nas explorações agropecuárias, seus modos de reposição e de ampliação passavam e estavam na dependência de suas relações com o restante da economia brasileira. É isto que caracteriza a economia gaúcha como dependente. Seu caráter periférico advém dessa dependência, acentuando-se pelo fato de insistir na exploração desse modelo histórico.¹³

Embora permeado por crises cíclicas – inerentes às economias estruturadas no setor primário e com baixo nível tecnológico –, observa-se que a economia estadual se manteve sem apresentar graves problemas até a década de 1940. Contudo, ao final da II Guerra Mundial, quando aumentou a concorrência dos produtos de outras regiões, sobretudo das do centro do país, surgiram implicações na economia local. As consequências dessas transformações são: o êxodo rural, o desemprego, a urbanização desenfreada, problemas de infraestrutura de serviços urbanos, etc. Portanto, a crise econômico-social fez com que surgissem grupos sociais emergentes, tornando-os importantes no cenário político.

Segundo Pesavento,

[...] a identificação dos principais problemas enfrentados pelo estado pode ser sintetizada em três questões fundamentais: a) a industrialização; b) êxodo rural; c) transportes e energia. Tais questões envolviam diretrizes político-partidárias, que por sua vez se revelavam associadas aos programas de desenvolvimento econômico que se apresentavam para o Brasil.¹⁴

Assim, o panorama econômico-social do Rio Grande do Sul fez com que os grupos políticos buscassem medidas concernentes à dinamização da economia local. A situação de dependência passou a exigir profundas mudanças, o que vai

mados os setores primário e secundário, sendo importante lembrar que 80% dessas exportações dirigem-se ao mercado nacional”. CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ediufrgs, 2005. p, 76.

¹³ MÜLLER, Geraldo. *Op. Cit.*, p. 365.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990, p. 126.

coincidir com a formação dos partidos políticos em âmbito nacional e repercutir diretamente no caráter político-partidário do Estado.¹⁵

A reorganização partidária, no contexto da democratização, girou em torno das elites políticas tradicionais rio-grandenses e, sendo assim, num primeiro momento, somente o Partido Comunista Brasileiro pareceu constituir algo novo no respectivo processo. Os movimentos incipientes do processo de reorganização partidária estadual na conjuntura de 1945 não diferem, *grosso modo*, daqueles de âmbito nacional.

Hélgio Trindade e Maria Izabel Noll destacam dois traços persistentes da política regional do pós-45:

Primeiro, a dicotomização das preferências partidárias, distribuídas em dois pólos, aglutinando mais do que três quartos dos votantes, em termos de PTB/anti-PTB, no período de 1947 a 1962 [...] Segundo, essa polarização bipartidária ocorre num espaço marcado pela distribuição de preferências eleitorais relativamente estáveis. Este traço pode ser localizado tanto nos conglomerados de partidos populistas (PTB, MTR, PSB, PSP), quanto nos conservadores-liberais (PSD, PL e UDN) e na terceira força (PRP e PDC).¹⁶

Os partidos majoritários no Rio Grande do Sul no contexto abordado foram o PSD e o PTB. O PSD organizou-se no primeiro semestre de 1945, beneficiário da estrutura estadonovista¹⁷. Os responsáveis pela estruturação do partido no período foram Protásio Vargas, Walter Jobim, Oscar Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa. O PTB surge, no período 1945-1946, a partir da confluência de três vertentes distintas, isto é, a corrente sindicalista, a corrente doutrinário-pasqualinista e a corrente pragmático-getulista.¹⁸

¹⁵ CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Op. Cit.*, p. 77.

¹⁶ TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Isabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ediufrgs/Sulina, 1991. p. 71-72-73.

¹⁷ “A mobilização das forças governistas por parte do PSD foi garantida porque, durante o Estado Novo, as bases sócio-econômicas que apoiavam o regime permaneceram associadas ao poder oligárquico, e não se destruiu o poder estabelecido, nem em nível municipal, nem em nível estadual, o que facilitou a estruturação do partido” OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. 270 f. Tese (Doutorado em História) – PUC, Porto Alegre, 2008. p. 44.

¹⁸ Conf. BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediufrgs, 1992.

O PCB, de curta vida legal, tinha significativa influência no movimento operário-sindical, cujas bases encontravam-se nos centros urbanos. O PRP surge como herdeiro do integralismo da década de trinta, tendo sua influência, sobretudo na zona colonial (região de ocupação alemã e italiana). O PL (Partido Libertador), cujo expoente foi o político Raul Pilla, atraiu setores liberais do Estado¹⁹.

A UDN organizou-se no primeiro semestre de 1945, tendo em seus quadros nomes tradicionais da política sul-rio-grandense tais como: Borges de Medeiros, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, entre outros. “Não obstante o peso dessas importantes lideranças, o partido não conseguiu atrair grandes contingentes eleitorais para suas fileiras, talvez porque o momento político possibilitasse um leque maior de opções com roupagens diferenciadas das práticas políticas já implementadas por esses líderes”.²⁰

O ensaio eleitoral: as eleições de 1945 à Presidência da República no Rio Grande do Sul

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o PSD foi o grande favorecido em todos os níveis de disputa. A vitória expressiva alcançada pelo PSD em nível nacional, também se refletiu no Rio Grande do Sul. O apoio de Getúlio Vargas, ainda que tardio, ao candidato pessedista, Eurico Gaspar Dutra, garantiu que este vencesse o candidato udenista, Eduardo Gomes. O candidato do PCB, Yedo Fiúza ficou em terceiro lugar.

O apoio de Vargas ao candidato Dutra ocorreu após um acordo das direções nacionais do PSD e do PTB, no qual, entre outras coisas, Dutra comprometera-se apoiar o programa petebista, bem como reconhecer a legislação trabalhista

¹⁹ “O caráter marginal da UDN, que ocupa no Rio Grande do Sul o 10º lugar nas eleições de 1947, se explica em parte, pelo fato do liberalismo regional concentrar-se, tradicionalmente, no Partido Libertador, inclusive atraindo intelectuais urbanos, de tradição católica, o que foi um fator decisivo, também no retardamento da fundação, somente em 1954, do Partido Democrata Cristão (PDC)” TRINDADE, HÉLGIO, NOLL, Isabel. *Op. cit.*, p. 66-67-68.

²⁰ FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira. O sistema partidário a redemocratização (1945-1964). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. V.4. p. 62.

vigente. É provável que Vargas apoiou Dutra, exclusivamente, para evitar o mal que seria ver a UDN apossar-se do governo federal, legitimada, ainda por cima, pelo voto popular.

Os resultados das eleições demonstraram a força política de Getúlio Vargas, pois se elegeu senador pelo PTB de São Paulo e pelo PSD do Rio Grande do Sul. Além disso, foi eleito deputado federal em seis estados e no Distrito Federal. Portanto, a eleição majoritária – Presidência e Senado – representou uma vitória pessoal de Vargas no estado, confirmando o seu prestígio popular.

Segundo Carlos Cortés,

A eleição de 1945 revelou dois fatos políticos. O eleitorado rio-grandense rejeitou, enfaticamente, a tentativa dos velhos caciques políticos de restabelecer sua dominação estadual. Mais importante, o Rio Grande do Sul se revelou um domínio de Vargas; suas forças mantiveram um indiscutível controle sobre o estado. Pelo menos por enquanto, o antigetulismo não atraía o eleitor gaúcho.²¹

O fraco desempenho do PTB nas respectivas eleições está vinculado diretamente a dois fatores fundamentais: o relativo desinteresse de Pasqualini e seus seguidores da USB nas eleições nacionais e a não receptividade dos trabalhistas diante da candidatura pessedista de Dutra. Os membros petebistas originários da União Social Brasileira estavam com os interesses voltados para a promoção de Pasqualini ao governo estadual, e mantinham aversão a candidaturas militares à Presidência.

Para Bodea,

Com a abstenção eleitoral da USB, a hostilidade dos líderes sindicais em relação à Dutra, o não envolvimento ativo do PTB gaúcho na campanha presidencial e uma nominata de candidatos desconhecidos do eleitorado – à exceção do próprio Getúlio, incluindo como candidato a deputado federal – o PTB teria poucos resultados neste primeiro teste eleitoral. Além dos fatores já aludidos acima, adicionava-se outra dificuldade tática insuperável: Getúlio aceitara concorrer para o senado na chapa do PSD. Isso inviabilizava candidaturas senatoriais do PTB. Como concorrer contra aquele que era considerado o mentor e líder de fato do novo partido? Nem mesmo Pasqualini estava disposto a correr tal risco. A consolidação do partido, em termos eleitorais, teria de esperar pelas eleições estaduais.²²

²¹ CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, p. 188.

²² BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 33.

Para o PSD as eleições representaram a hegemonia política em âmbito estadual. Tanto o apoio de Vargas, com a candidatura ao senado, pela legenda pessedista, quanto à estrutura das interventorias podem explicar o sucesso do partido. Enquanto o PTB recebeu somente o quarto lugar em número de votos no estado, ficando atrás da UDN e do PL. Já, o desempenho comunista ficou um pouco atrás do PTB e o PRP, com quociente eleitoral insuficiente, não elegeu representantes.

Walter Jobim (PSD/PRP/PCB) e Alberto Pasqualini (PTB): a disputa eleitoral de 1947

As eleições de 1947 foram realizadas para os cargos de governador do Estado, senador e deputado estadual. Foram lançadas três candidaturas para os pleitos majoritários ao governo estadual: Walter Jobim, apoiado pela coligação PSD/PRP/PCB; Alberto Pasqualini pelo PTB e Décio Martins Costa com o apoio da UDN/PL. Ressalta-se que, a partir desta eleição, consolidou-se a disputa entre o PSD e o PTB no Rio Grande do Sul.

Walter Jobim havia sido lançado candidato ao cargo de governador do Estado pela convenção pessedista desde julho de 1945, sendo que Getúlio Vargas comprometera-se com a respectiva candidatura em novembro daquele ano. Não obstante, Vargas procurou fortalecer o PTB regional com o intuito de consolidar um partido alternativo ao PSD. Para isso, delegou ao político Loureiro da Silva a incumbência de reestruturar o PTB regional e incentivou o ingresso de alguns políticos pessedistas para os quadros petebistas.

Apesar do crescimento do PTB, Vargas posicionou-se a favor de uma aliança PSD/PTB, por ser contrário a uma eventual candidatura própria por parte dos petebistas. Porém, a dinâmica estadual foge ao controle estrito de Getúlio Vargas. Além do crescente apoio à candidatura de Pasqualini - *a priori* lançada pela USB - também se evidenciou a ojeriza da ala trabalhista do PTB em relação ao PSD, sobretudo em relação às medidas repressivas do governo Dutra contra as greves e os movimentos sindicais. Em novembro de 1946 ocorreu a fusão definitiva USB-PTB em torno da candidatura Pasqualini.²³

²³ CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Op. cit.*, p. 115.

Getúlio Vargas – então senador pelo PSD-RS – foi convidado para presidir a convenção estadual do PTB nos dias 11 e 12 de novembro de 1946, tendo a difícil tarefa de lançar a candidatura Pasqualini ao cargo de governador do Estado. Apesar do caráter ambíguo de Vargas referente às candidaturas para o cargo majoritário estadual, no decorrer da campanha ocorreu a definição em favor de Pasqualini em detrimento de Walter Jobim.

Já na posição de candidato ao governo estadual pelo PTB, Alberto Pasqualini expôs sua plataforma de governo. Em primeiro lugar deixou claro que o “trabalhismo” não é antagônico ao capitalismo, pois é a favor do capital privado. Contudo, refutou o “capitalismo individualista” que explora a maioria da população e beneficia uma minoria “parasita”. Entre o capitalismo individualista e a supressão do capital privado, há uma posição intermediária: o “solidarismo”, permeado pelo sentimento cristão que almeja a “justiça social”. Para tanto, é fundamental a atuação do Estado. Pasqualini abordou os problemas da habitação e da educação no Estado, as carências dos trabalhadores urbanos e rurais, bem como a necessidade de ampliar as garantias do funcionalismo público.²⁴

A candidatura petebista e a união da UDN-PL em torno do candidato Décio Martins Costa fizeram com que o PSD buscasse novas alianças e conseguiram o apoio de dois partidos: o PRP e o PCB.

De acordo com Bodea,

Para o PC tratava-se de combater o social-reformismo de Pasqualini e evitar, sobretudo, que o trabalhismo se consolidasse ao nível do movimento sindical gaúcho [...] o PRP, por sua vez, foi sensibilizado a entrar em acordo com o PSD por razões diametralmente opostas: tratava-se de combater o perigo “vermelho” que representaria a candidatura Pasqualini. Com forte penetração entre os pequenos e médios proprietários agrícolas das zonas de colonização alemã e italiana, o PRP ficaria encarregado de bloquear o avanço pasqualinista nas camadas médias e baixas do mundo rural, enquanto o PC procuraria dificultar-lhe a caminhada no meio operário urbano.²⁵

No comício de 29 de novembro de 1946, finalmente Vargas se define em favor de Pasqualini. O discurso de Getúlio Vargas assumiu um tom agressivo,

²⁴ *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1946, p. 10-14.

²⁵ BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 39.

acusou o PSD de reacionário e defendeu uma postura “antiimperialista”.²⁶ Em seu discurso, publicado na página político-partidária, o candidato petebista Alberto Pasqualini endossou as palavras de Vargas.

De um lado, permanecem estagnadas as águas do passado, - águas que já não logram impulsionar moinhos da opinião pública, águas que o povo já não quer mais navegar. De outro lado, está se formando a nova caudal, a caudal trabalhista, que cada dia mais cresce e cada dia mais se avoluma para constituir o grande estuário dos ideais e das esperanças de um povo.²⁷

A reação pessedista foi instantânea, sendo que a Executiva do PSD sul-riograndense repeliu a atitude de Vargas e o afastou do partido. O jornal Diário de Notícias deu total cobertura ao processo de expulsão de Vargas do PSD estadual, promovido pela ala dutrista. A ruptura entre Vargas - que defendeu a manutenção de sua cadeira no Senado, uma vez que foi eleito em várias unidades da federação e sua inscrição feita pelo PSD-PTB - e o PSD local aceleraria a saída de políticos getulistas do partido, sendo que esta fora uma etapa importante de “desgetulização” nos quadros pessedistas. Após o discurso do dia 29 de novembro de 1946, Vargas se afastou da campanha eleitoral no Rio Grande do Sul e suas intervenções ocorreram somente momentos antes das eleições através do envio de mensagens de apoio a Pasqualini.

Neste momento, surgiu a terceira corrente formadora do PTB: trata-se da pragmático-getulista. *Grosso modo*, essencialmente composta por “políticos profissionais” oriundos do PSD e que passaram a fazer parte dos quadros petebistas através da influência direta ou indireta de Vargas. O processo de formação se completaria com o PSDA (Partido Social Democrático Autonomista), pró-Vargas, em 1950, bem como a sua aliança e absorção pelo PTB, a partir daquele ano.²⁸

Os meses de dezembro de 1946 e janeiro de 1947 foram de efervescência na disputa eleitoral, onde os candidatos percorreram o interior do Estado objetivando aglutinar contingentes eleitorais e a zona colonial foi o campo de batalha eleitoral na fase final da campanha política. O PTB necessitava penetrar neste

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 42.

²⁷ *Diário de Notícias*, 30 de novembro de 1946, p. 06.

²⁸ BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 28.

eleitorado, porém a barreira formada pela aliança PSD-PRP e pelo clero católico dificultava tal empreitada.

Em um contexto de agitação operária e sindical que acirrava ainda mais o embate eleitoral, os resultados das urnas deram a vitória ao candidato pessedista Walter Jobim (PSD-PRP-PCB) com 41,23%, Alberto Pasqualini ficou em segundo lugar com 37,54% e em terceiro o candidato Décio Martins Costa (PL-UDN) com 18,91% dos votos.²⁹ Mesmo assim, o pleito de 1947 demonstrou um grande crescimento do PTB como força eleitoral estadual e revelou o predomínio petebista na capital rio-grandense.

Miguel Bodea cita cinco causas da derrota de Pasqualini nas eleições de 1947 para o governo do Estado. Em primeiro lugar, o apoio da máquina governamental, sob a chefia do interventor pessedista Cylon Rosa, ao candidato Walter Jobim. Em segundo, a incipiente estrutura do PTB no interior do Estado. Em terceiro, a hostilidade de setores da Igreja Católica em relação ao candidato petebista. Em quarto, a estratégica aliança do PSD-PRP nas regiões de colonização alemã e italiana, sobretudo entre os pequenos e médios proprietários agrícolas. Em quinto, a divisão do voto operário urbano provocada pelo apoio dos comunistas à candidatura do PSD.³⁰

O caráter “cristão” e “democrático” de partidos e candidatos

Nas eleições de 1947, o caráter cristão e democrático dos partidos políticos e dos candidatos tornou-se premissa básica no que concerne à aceitabilidade frente ao eleitorado rio-grandense. Por isso, pessedistas e petebistas, através das páginas político-partidárias e “A Pedidos”, procuravam demonstrar o perfil cristão e democrático de seus programas e ao mesmo tempo, desqualificar os opositores políticos, acusando-os de não possuírem tal perfil.

O PSD definiu-se de acordo com o próprio programa partidário: a favor da “igualdade de oportunidades”. De um lado, criticou o liberalismo exacerbado

²⁹ CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Op.cit.*, p. 117.

³⁰ BODEA, Miguel. *Op.cit.*, p. 53-55.

que é criador do “capitalismo pagão”; de outro, exortou qualquer afinidade com o comunismo, considerando-o “essencialmente mau”.³¹ Encontram-se presentes, no discurso pessedista, acusações diretas ao PTB, caracterizando os petebistas como demagogos e adeptos do totalitarismo.³² Além disso, foram feitos ataques diretos ao candidato Alberto Pasqualini, sobretudo acusando-o de comunista.³³

De acordo com a página político-partidária pessedista, o PSD se autodenominava social, democrata e cristão.

Sem ser um partido capitalista, sem ter quaisquer compromissos de formação ideológica com os princípios do liberalismo burguês, mas sendo, como é, social e democrático, busca atender, numa conciliação econômico-política, de ordem iminentemente cristã, os interesses da produção, da distribuição e do consumo [...] não somos um partido de classe; somos e queremos ser, puro e simplesmente um partido do povo, sem para isso recorreremos aos artifícios da nomenclatura. Seremos, assim, a força controladora da nação, e falaremos em nome do povo, protestaremos em nome do povo e faremos política em benefício do povo, porque tal não constitui, privilégios de agitadores impenitentes, na sua faina de pregação demagógica.³⁴

Em campanha pelo interior do Estado, o candidato Alberto Pasqualini expôs sua doutrina visando dar clareza às colocações de conteúdo programático e doutrinário. Ao contrário do que ocorria em nível nacional, no discurso pasqualinista do respectivo contexto, é notória a ausência referente à liderança de Vargas. No comício realizado em 14 de dezembro de 1946, no município de Caxias do Sul, Alberto Pasqualini transmitiu didaticamente o seu pensamento político.

Refutou o “capitalismo individualista” e o “totalitarismo comunista” – demonstrou posição contrária à coletivização dos meios de produção no Brasil – e fez referência à existência de um “capitalismo solidarista” através de legislação justa que regule o capital e o trabalho. Pasqualini ressaltou a incompatibilidade do trabalhismo com o comunismo e afirmou que a sua doutrina estava permeada pelo pensamento cristão, com embasamento nas encíclicas sociais da Igreja

³¹ *Diário de Notícias*, 06 de dezembro de 1946, p. 08.

³² *Idem*, 08 de dezembro de 1946, p. 24.

³³ *Idem*, 12 de janeiro de 1947, p. 11.

³⁴ *Idem*, 11 de dezembro de 1946, p. 10.

Católica. Por fim, defendeu uma política de “crédito agrícola” para os pequenos produtores e respectivas cooperativas.³⁵

Tanto pessedistas quanto petebistas buscavam representar para a coletividade – através da ênfase no “caráter cristão” de suas diretrizes políticas – aquilo que dava sentido à sociedade rio-grandense naquele contexto: os valores cristãos, sobretudo os arraigados no espaço rural, devido à forte influência da Igreja Católica. Portanto, tal discurso encontrava espaço naquele contexto social, estruturado para se tornar de cunho ideológico.

Percebe-se o Diário de Notícias como uma “tribuna política”, da qual os partidos, através das suas respectivas páginas político-partidárias, transmitiam suas formas simbólicas. Ressalta-se que as estratégias de construções simbólicas são instrumentos com que as formas simbólicas são capazes de criar e sustentar relações de dominação. No decorrer dessa análise, tornou-se perceptível que ambos os partidos utilizaram na campanha eleitoral, como modo de operação da ideologia, aquilo que Thompson denomina de legitimação.

Essa pode ser entendida através de relações de dominação representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio. Thompson cita Weber e respectiva caracterização das três formas de legitimação do poder: tradição, razão ou legalidade e carisma.

Weber distinguiu três tipos de fundamentos sobre os quais afirmações de legitimação podem estar baseadas: fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade).³⁶

As estratégias, tanto pessedista quanto petebistas estavam fundamentadas no apelo à sacralidade de tradições imemoriais. Assim, o PSD e o PTB procuravam demonstrar que eram propagadores e defensores das tradições cristãs. Uma estratégia típica é a racionalização, ou seja, os partidos buscaram demonstrar, através de uma cadeia de raciocínio, o zelo pelos valores democráticos e pelas questões sociais, bem como o perfil notavelmente cristão.

³⁵ *Idem*, 17 de dezembro de 1946, p. 2-9.

³⁶ THOMPSON, John B. *Ideologia...*, *Op. Cit.*, 1995, p. 82.

O anticomunismo como estratégia eleitoral

O anticomunismo permeou o processo eleitoral local no Rio Grande do Sul e esta estratégia fora utilizada pelos dois partidos, para auferir votos. Nas eleições de 1947, embora o apoio do PCB ao candidato Walter Jobim fosse público, os pessedistas rejeitaram peremptoriamente tal apoio por receio de entrar em atrito com a Igreja Católica, uma vez que a LEC (Liga Eleitoral Católica) orientava o eleitorado católico a não votar em candidatos esquerdistas, sobretudo do Partido Comunista Brasileiro.

O próprio PSD transcreveu uma nota da LEC para demonstrar que a Igreja Católica não condenou a sua campanha política:

São os seguintes os candidatos que, até a presente data, responderam favoravelmente aos quesitos formulados e podem ser sufragados pelo eleitorado da LEC: Para o cargo de governador do Estado: Alberto Pasqualini, Décio Martins Costa e Valter Jobim.³⁷

A atitude de Luís Carlos Prestes, figura exponencial do comunismo brasileiro, de apoiar Walter Jobim foi utilizada intensivamente pelos petebistas como arma política contra o PSD. Na página político-partidária do PTB, no jornal *Diário de Notícias*, foi publicada uma matéria intitulada “Tenebrosa e Sinistra Aliança” que denunciava o acordo pessedista tanto com os integralistas quanto com os comunistas para desestabilizar a democracia no Estado.

Valter Jobim é o candidato que, mais próximo do pensamento oculto da ação partidária ostensiva dos defensores do credo vermelho no Brasil, deve merecer os sufrágios do partido que funciona como um anexo da organização internacional de Moscou.³⁸

Os petebistas apelaram ao eleitorado sul-rio-grandense, em tom de alerta: “Prestes ordenou ao Rio Grande que votasse contra Getúlio Vargas. Gaúcho, não permitas que tua terra seja equiparada a uma província soviética. Vota a favor de Getulio Vargas, vota em Alberto Pasqualini”.³⁹

Na página político-partidária petebista, no jornal *Diário de Notícias*, é notório o anticomunismo:

³⁷ *Diário de Notícias*, 05 de janeiro de 1947, p. 06.

³⁸ *Idem*, 14 de janeiro de 1947, p. 13.

³⁹ *Idem*.

Não podendo, de forma alguma, atacar Pasqualini em seu notável programa, impotentes ante a avalanche trabalhista que domina todo o Rio Grande do Sul, resolveram, então, os inescrupulosos, usar o velho truque, tão comum, de acoi-mar de comunista todos aqueles que discordassem de suas idéias. Enfim, tudo fizeram os nossos desesperados adversários do PSD para conseguir afastar um concorrente incomodo. E que aconteceu? Aconteceu o que aí está: o sr. Valter Jobim apoiado, franca e irrestritamente, pelos comunistas! Quer isso dizer que o candidato que mais se aproxima dos interesses ocultos dos comunistas é o mesmo candidato do PSD, partido que se diz cristão. ⁴⁰

Já, na página político-partidária do PSD, no Diário de Notícias, este partido defendeu-se de tais acusações, sobretudo repudiando o apoio de Prestes e indo além, ao insinuar que o apoio público do líder comunista seria premeditado, com objetivo de melhorar a imagem de Alberto Pasqualini perante o eleitorado católico, em detrimento de Walter Jobim. ⁴¹

Afirmava a propaganda pessedista:

O sr. Pasqualini se diz anti-comunista. Sim, porque ele é um moço inteligente. Ele sabe, e também o mestre Prestes, que o Rio Grande não aceita um [...] comunista; que pelo contrário, uma das qualidades que dever ter um cidadão, para merecer confiança do gaúcho é ser anti-comunista. ⁴²

No entanto, os petebistas persistiram sistematicamente na acusação referente ao apoio dos comunistas à candidatura pessedistas. Tanto que o seu principal *slogan* no período centrava-se na necessidade de votar em Pasqualini para salvarguardar o Brasil e o Rio Grande do Sul da influência comunista. ⁴³

Apesar de um processo vertiginoso de crescimento da população urbana, sobretudo a partir da década de 1950, a maior parte da população do Rio Grande do Sul vivia no meio rural e era fortemente influenciada pela Igreja Católica. As transformações socioculturais advindas da modernização da agricultura faziam com que a Igreja reagisse frente a tais mudanças, com o intuito de manter sua

⁴⁰ *Idem*, 15 de janeiro de 1947, p. 05.

⁴¹ Constata-se que através das análises dos textos produzidos nas páginas político-partidárias podemos analisar a construção simbólica do conteúdo político tanto do PSD quanto do PTB por meio do espaço utilizado na imprensa e consequentemente com linguagem jornalística.

⁴² *Diário de Notícias*, 15 de janeiro de 1947, p. 09.

⁴³ *Idem*, 16 de janeiro de 1947, p. 08.

influência diante das populações rurais. Também, o processo de laicização - separação do Estado da Igreja - e de secularização - perda ou enfraquecimento dos valores religiosos cristãos na vida dos fiéis - fizeram com que a Igreja se manifestasse diante dessas mudanças.

A laicização e a secularização eram entendidas como causadoras dos males enfrentados pela humanidade, tais como as guerras, as injustiças, a destruição das famílias, etc. Tudo isso seria um campo fértil para o surgimento de algo mais perigoso, ou seja, do comunismo. Portanto, justifica-se a preocupação dos políticos que, almejando a popularidade entre as comunidades rurais, deveriam afastar-se de qualquer relação que os remetesse ao comunismo.⁴⁴

Segundo Carla Simone Rodeghero,

Ser católico e ser anticomunista eram virtudes fundamentais a ser cultivadas por aqueles que se envolvessem em política, por isso, os candidatos procuravam deixar clara a sua identidade católica anticomunista nas suas falas, o que também ocorreu nas designações dos grupos que mandavam publicar manifestos e propagandas no jornal sem se identificarem ou revelarem o partido a que pertenciam.⁴⁵

De acordo com a concepção de ideologia de Thompson, pode-se observar que o modo de operação da ideologia que prevaleceu na respectiva campanha eleitoral, através dos textos produzidos pelos partidos e reproduzidos em jornal, nas páginas político-partidárias foi a fragmentação. A diferenciação e o expurgo do outro são estratégias típicas desse modo de operação da ideologia.

Segundo Thompson,

[...] diferenciação – isto é – ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder. Outra estratégia pertinente pode ser descrita como o expurgo do outro. Essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo. Essa estratégia, muitas vezes, sobrepõe-se com estratégias

⁴⁴ RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 136.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 109.

que têm como fim a unificação, pois o inimigo é tratado como desafio, ou ameaça, diante do qual as pessoas devem se unir [...].⁴⁶

No caso específico das eleições de 1947, a diferenciação foi utilizada pelo PSD e pelo PTB. A estratégia ocorreu através da construção simbólica, com o objetivo de diferenciar o candidato cristão, ordeiro e democrático do candidato comunista, desordeiro e totalitarista. Outra estratégia - o expurgo do outro - consistiu na construção do inimigo, ou seja, o comunismo. Apesar de a última estratégia ser utilizada por ambos os partidos, o PTB foi mais enfático, sobretudo na fase final da campanha eleitoral.

Os últimos dias de campanha política pessedista giraram em torno do repúdio aos comunistas. Pela primeira vez, a propaganda política é estampada na capa do jornal *Diário de Notícias*, espaço habitualmente reservado às notícias internacionais. Destacou-se uma imagem de Walter Jobim e o *slogan* “Rio-Grandense: Este é o teu governador”, seguindo-se frases de aversão ao apoio comunista e a transcrição de uma nota da LEC afirmando não ter alterado sua posição em relação ao respectivo candidato devido à repulsa deste a qualquer tipo de aproximação com o comunismo.⁴⁷

Todavia, o PTB não arrefeceu a estratégia de utilizar o discurso anticomunista em detrimento de Walter Jobim. Em uma montagem de imagem publicada através de um “A pedido”, com o título: “Este é o teu governador católico”, o rosto do candidato pessedista se assemelhava ao de Josef Stalin, pois foram acrescentados à figura de Walter Jobim um falso bigode e um gorro russo.⁴⁸

Observa-se na disputa eleitoral, outro modo de operação da ideologia preconizado por Thompson: a dissimulação. A ideologia como dissimulação pode ser expressa em formas simbólicas, através de várias estratégias. Uma delas é o deslocamento, usada principalmente pelos petebistas em detrimento de Walter Jobim. Costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa, é usado para se referir a um outro e, com isso, por exemplo, conotações ne-

⁴⁶ THOMPSON, John B. *Ideologia...*, *Op. Cit.*, p. 87.

⁴⁷ *Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1947, p. capa; *Idem*, 17 de janeiro de 1947, p. capa; *Idem*, 18 de janeiro, p. capa; *Idem*, 19 de janeiro de 1947, p. capa.

⁴⁸ *Idem*, 18 de janeiro de 1947, p. 10

gativas são transferidas para outro objeto ou pessoa.⁴⁹ Nesse sentido, se associou Walter Jobim a Josef Stalin objetivando a transferência de implicações inerentes ao respectivo deslocamento.

A batalha pelo voto na zona colonial

Reafirma-se que, nas eleições de 1947, a zona colonial do Rio Grande do Sul foi cenário de embates diretos entre pessedistas e petebistas. Nas páginas político-partidárias pagas ao Diário de Notícias pelos respectivos partidos, notabilizou-se avultado número de discussões girando em torno da questão colonial. Em um “A pedido”, intitulado: “A região colonial e o PSD”, faz-se uma dura crítica ao processo de nacionalização efetuado pelo Estado Novo, na conjuntura da Segunda Guerra Mundial.

Está ainda viva na lembrança das populações dos municípios coloniais, os vexames, as perseguições e as afrontas sofridas [...] quem nesse tempo mandava [...] no Brasil? O sr. Getulio Vargas! [...] Nada fez pela colônia o sr. Alberto Pasqualini.⁵⁰

O PSD, através da utilização de panfletos escritos em italiano e alemão, associava os trabalhistas aos comunistas. Um “A pedido” publicado pelo PTB, intitulado: “Revivem, através do PSD, os métodos da camarilha nazista que ensangüentou o mundo e degradou a humanidade”, analisou a reprodução de um texto publicado em alemão pelos pessedistas.

O que causa indignação não é propriamente o fato de estar redigido numa língua estrangeira [...] O que repugna nesse boletim é a linguagem nazista [...] Hitler, Himmler, Goebbels et caterva começaram assim e, a pretexto de combater o comunismo escravizaram todo o povo alemão [...] Não contente de fazer uma aliança como o integralismo, o PSD usando a mesma técnica do nazismo, procura difamar os verdadeiros partidos democráticos, como o Partido Trabalhista, que nada tem a ver com o Partido Comunista.⁵¹

Walter Jobim defendeu-se por meio de um discurso publicado na página política do partido no jornal Diário de Notícias. O candidato pessedista esclareceu

⁴⁹ THOMPSON, Johan B. *Ideologia...*, *op. cit.*, p. 83-84

⁵⁰ *Diário de Notícias*, 06 de dezembro de 1946, p. 08.

⁵¹ *Idem*, 03 de janeiro de 1947, p. 06.

sua posição concernente ao totalitarismo, ou seja, repudiando todas as formas de ditadura e evocando o “amor pela liberdade” que caracteriza o brasileiro e, de modo especial, o rio-grandense. “O totalitarismo é planta daninha que não encontra ambiente para florescer em terras brasileiras”.⁵² Em contrapartida, o PSD também acusou o PTB de atitudes racistas e ludibriasas: “Vem procurando suscitar na região colonial italiana a luta racial, com os slogans de que Pasqualini é [...] “enviado do governo da Itália para proteger os italianos do Rio Grande”, etc.”⁵³

Em síntese, torna-se perceptível que os aspectos relacionados ao “caráter cristão e democrático” dos partidos e candidatos, bem como a estratégia anticomunista estão interligados à disputa eleitoral na zona colonial do Estado. Assim como a fragmentação – modo de operação da ideologia estabelecido por Thompson – e as estratégias de diferenciação e de expurgo do outro foram utilizadas de forma sistemática.

Conclusão

A política está presente nas mediações das relações estabelecidas entre sujeitos na sociedade. As dimensões dela, no universo humano e social, são complexas, pois envolvem ações humanas imbuídas de relações de poder dentro da sociedade. Ela é atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder e isso permite afirmar que os partidos são políticos, porque têm a finalidade de chegar ao poder.

A campanha eleitoral é inerente à disputa entre os partidos políticos pelo poder. O poder simbólico, utilizado por eles, representa a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e de influenciar as ações dos outros. As estratégias de construções simbólicas são instrumentos com os quais as formas simbólicas são capazes de criar e de sustentar relações de dominação. Essas estratégias ideológicas facilitam a mobilização de sentido em sociedades estruturadas. Portanto, a ideologia está permeada pelas relações de poder e de dominação.

A imprensa, por exemplo, é importante mecanismo de elaboração de representações possuidoras de um conteúdo político. O envolvimento dela na produ-

⁵² *Idem*, 14 de janeiro de 1947, p. 08.

⁵³ *Idem*, 14 de janeiro de 1947, p. 08.

ção e divulgação de fatos sociais resulta, inevitavelmente, na tomada de decisões em relação ao jogo político, isto é, ela se torna um ator político. O poder da imprensa está nas condições de produção do discurso e este, dependendo do contexto em que aparece, acaba adquirindo representatividade e tornando-se legítimo. Também, ao produzir representações de uma intencionalidade política, a imprensa atua no campo da ideologia.

Seguindo os modos de operação da ideologia propostos por John Thompson, percebe-se que, na disputa eleitoral para o cargo de governador do Rio Grande do Sul (1947) – entre pessedistas e petebistas – as relações de dominação se estabeleceram e se sustentaram quando apresentadas como legítimas, isto é, dignas de apoio e justificadas. Constrói-se uma racionalização, onde se procura defender ou justificar os interesses dos respectivos partidos, algo que é digno de apoio e que são apresentados como interesses de todos. Então, elas são estabelecidas onde se concretiza a universalização – identidade coletiva – ou quando se segmentam indivíduos e grupos através da retratação de algo nocivo que deve ser combatido e expurgado.

Nas eleições de 1947, percebe-se que alguns modos de operação da ideologia foram utilizados tanto pelo PSD, de Walter Jobim, quanto pelo PTB, de Alberto Pasqualini, através das páginas político-partidárias e “A Pedidos” produzidos pelos respectivos partidos e reproduzidos no jornal Diário de Notícias. Ambos os partidos buscaram a legitimação por meio da estratégia da racionalização: demonstrar, através de uma cadeia de raciocínio, o zelo pelos valores democráticos e pelas questões sociais, bem como o perfil notavelmente cristão de seus programas. Além disso, encontra-se a fragmentação permeada pelo anticomunismo. No que diz respeito ao anticomunismo, naquele contexto, o PTB, foi mais enfático, inclusive utilizando a dissimulação como modo de operação da ideologia.

É possível afirmar que as formas simbólicas apresentadas tornaram-se ideológicas em decorrência das circunstâncias sócio-históricas do referido contexto. A influência da Igreja Católica, sobretudo nas comunidades rurais e o alinhamento incondicional do governo brasileiro aos Estados Unidos em plena Guerra Fria eram fatores imprescindíveis a serem considerados nas campanhas eleitorais. Sendo assim, o discurso político acaba adquirindo representatividade tornando-se legítimo.

Conclui-se esse estudo, não pelo esgotamento do assunto, mas por ser preciso dar-lhe um ponto final, ressalta-se que não se pretendeu demonstrar a veracidade ou a falsidade das formas simbólicas, pois o interesse é perceber como essas formas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Também, destaca-se ter sido analisada a produção do discurso e não a recepção, bem como um modesto avanço no campo dos enfrentamentos diretos entre pessedistas e petebistas em termos de historiografia.